



EMERJ - ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RJ
EMERJ - DIRETORIA-GERAL DA ESCOLA DA MAGISTRATURA
EMERJ - SECRETARIA-GERAL
EMERJ - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
EMERJ - DIVISAO DE FINANÇAS

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 2025-06515820

Contratação anterior e pioneira no fornecimento dos serviços à EMERJ: [2021-0661807](#); contratada BF Instituição de Pagamento Ltda; Contrato nº 06/2022 ([3672434](#));

II – UNIDADE TÉCNICA INDICADA

DETEC - Departamento de Tecnologia de Informação.

III – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, instituída nos termos do art. 93, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Estatuto da Magistratura (Lei Complementar n.º 35/1979), criada pela Lei 1.395, de 8 de dezembro de 1988 e regulamentada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, possui como missão institucional promover a formação inicial, continuada e especializada de magistrados, além de contribuir para o aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário e demais operadores do Direito, sempre orientada pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania e da justiça social.

A EMERJ, de forma contínua, há mais de 35 anos, vem consolidando e aprimorando os cursos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LC nº 35/1979), na Constituição Federal (art. 93, II, c e IV) de Preparação, Formação e Aperfeiçoamento para Magistrados – alinhado à política da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) -, além da especialização de profissionais do Direito, com permanente empenho na implementação de novos projetos, metodologias ativas de ensino e enfoques atuais do estudo do Direito. Ao lado disso, a Escola está em processo de Credenciamento de Escola de Governo junto ao Ministério da Educação (MEC), buscando autorização para oferecer ao público em geral cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade à distância – EaD. Conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a escola obteve nota máxima na vistoria obrigatória realizada pelo órgão federal. A EMERJ é certificada no Sistema de Gestão da Qualidade da norma ABNT NBR ISO 9001:2015. Manter esse padrão de reconhecimento internacional de Sistema da Qualidade é um desafio para o gestor público, assumindo o compromisso de aperfeiçoar seus processos de trabalho de forma contínua, contando com o esforço de todos os seus servidores e colaboradores quanto à prestação de serviços cada vez melhores, e visando assegurar aos alunos a certeza de que existe um sistema de controle para cada etapa dos serviços prestados nos seus macroprocessos, quais sejam:

- Formar e aperfeiçoar magistrados;
- Atualizar e especializar profissionais de Direito;
- Administrar recursos e logística; e
- efetivar a Administração Superior.

Na busca pelo cumprimento de sua missão, a EMERJ oferece cursos de aperfeiçoamento direcionados a magistrados para a promoção na carreira; cursos de vitaliciamento; cursos de formação inicial para os juízes recém-concursados; cursos de extensão; cursos de pós-graduação lato sensu com carga horária de 360 horas; o Curso de Especialização em Direito Público e Privado (curso regular), com carga horária de 1800 horas; e o curso preparatório (Pré-EMERJ), para estudantes de Direito que desejam se preparar para o ingresso no curso regular da escola. A escola também produz conteúdo jurídico especializado, editando as revistas Direito em Movimento, Revista da EMERJ e a Revista Magistratus. Conforme publicado no último RIGER (2024) (<https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/riger-emerj1-sem2024>), a Escola conta com 1.521 alunos, distribuídos entre 10 cursos de extensão, 03 cursos de pós-graduação lato sensu e nas turmas diurnas e noturnas do Curso de Especialização em Direito Público e Privado. Além dos cursos de extensão, das turmas de pós-graduação e do curso regular, a EMERJ oferece também cursos de aperfeiçoamento para a promoção na carreira para magistrados.

Durante o ano de 2024, foram oferecidos nove cursos de aperfeiçoamento na modalidade presencial e seis na modalidade EaD, com a participação de 197 magistrados. Com relação aos cursos de Extensão, foram gravados 99 vídeos, com 431 alunos espectadores.

Considerando, portanto, as normas que criam e estabelecem as diretrizes das escolas oficiais de aperfeiçoamento de magistrados; e considerando as normas do Ministério da Educação para a implantação e funcionamento de cursos de pós-graduação, apresenta-se como **PROBLEMA** o estabelecimento de uma estrutura física e administrativa e um corpo docente capazes de garantir a efetivação da missão da escola. Neste momento, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro já está fisicamente estabelecida, fazendo parte do Poder Judiciário do Estado, como já mencionado. A EMERJ também já possui uma estrutura administrativa, atualmente regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 03/2025. Cabe, portanto, tratar da **NECESSIDADE** de incrementar as formas de pagamento oferecidas aos estudantes, neste caso, por meio de cartões de crédito ou de débito para quitação das mensalidades e taxas e, sobretudo, atender reivindicação dos clientes da escola, objetivando não restringir a nossa prestação de serviços, essas modalidades de pagamento se mostram práticas, eficazes e modernas.

Atualmente a escola tem adotado como solução a contratação da prestação de serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e débito, à vista e parcelado, com aceitação mínima das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, de recebíveis dos valores dos cursos e demais taxas devidas pelo público em geral vinculado às atividades acadêmicas da EMERJ, com o fornecimento de solução tecnológica para a realização das transações financeiras para a EMERJ. A mais recente contratação deste objeto foi formalizada nos autos do processo nº 2021-0661807. O contrato nº 06/2022, decorrente daquele processo, celebrado com a sociedade empresária BK Instituição de Pagamento Ltda., foi rescindido em 5 de dezembro de 2025.

IV – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

A presente contratação está alinhada ao plano de contratações anuais da EMERJ - PAC/2026 através do DFD 60/2025.

V – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Requisitos Funcionais

A solução a ser contratada deverá contemplar:

- Captura de transações com cartões de crédito à vista e parcelado (mínimo 12x), débito e PIX, em conformidade com a Resolução BCB nº 1/2020 e nº 429/2024;
- A solução deve aceitar, no mínimo, as bandeiras Visa, Mastercard e Elo, bem como carteiras digitais

compatíveis com EMVCo (p.ex., Apple Pay e Google Pay), mantendo conciliação unificada.

- Disponibilização de pagamentos presenciais via POS/POC, online (e-commerce), link de pagamento e QR Code;
- Possibilidade de pagamentos recorrentes, reembolsos e estornos com rastreabilidade;
- Compatibilidade com convênios e arrecadações específicas da EMERJ.

2. Requisitos Técnicos

A instituição contratada deverá assegurar:

- Integração deverá ocorrer preferencialmente por API REST, com suporte opcional a Webservice (SOAP) apenas quando tecnicamente justificado, além de documentação técnica e ambiente de homologação;
- Documentação atualizada da API (p. ex., OpenAPI/Swagger ou guia equivalente), contendo descrição de endpoints, parâmetros, códigos de retorno e exemplos, bem como endereço de acesso à documentação.
- Terminais Físicos (maquininha/POS) que deverão suportar EMV (chip & PIN) e NFC/contactless, aceitar Visa/Mastercard/Elo/Hipercard e PIX via QR, possuir Ethernet/Wi-Fi/4G e impressão quando necessário. Devem vir prontos para uso (parametrizados) e com substituição em caso de defeito dentro do prazo contratual.
- Alta disponibilidade, com SLA de 99,5% ou superior; Escalabilidade para picos de transações;
- Trilhas de auditoria com retenção mínima de 5 anos;
- O sistema deverá disponibilizar um portal administrativo com as seguintes funcionalidades:
 - Relatórios em tempo real;
 - Conciliação bancária e registro de baixas;
 - Exportação de dados em formatos abertos e amplamente utilizados, como CSV, XML, XLSX, PDF e JSON;
- Fornecimento de um manual completo em português, atualizado e de fácil acesso (preferencialmente em formato PDF ou disponível online), contemplando:
 - Consultas e geração de relatórios de transações;
 - Processos de conciliação e baixas;
 - Exportação de dados;
 - Perfis de acesso e configurações básicas do sistema.
- Solicitação de Melhorias e Ajustes Técnicos: Durante a vigência contratual, a Administração da EMERJ poderá solicitar, de forma justificada, a realização de melhorias, correções ou ajustes técnicos de baixa complexidade, sem ônus adicional quando aderentes ao escopo.

3. Requisitos de Segurança

Deverão ser atendidas as seguintes exigências:

- A solução deve operar em conformidade com PCI-DSS nível 1 e com as certificações das bandeiras durante toda a vigência;
- Registro como instituição de pagamento junto ao Banco Central (Lei nº 12.865/2013; Resoluções BCB nº 80/2021 e nº 150/2021);
- Criptografia fim a fim, tokenização de dados sensíveis e antifraude em tempo real;
- Autenticação multifator em acessos administrativos;
- Realização anual de testes de vulnerabilidade e conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018);

As transações que envolvam cartões de crédito devem suportar e utilizar o padrão de autenticação 3D Secure versão 2.0 (EMV 3-D Secure) ou superior.

4. Requisitos Operacionais

A prestação dos serviços deverá incluir:

- Liquidação financeira em prazo máximo de D+30, com opção de antecipação de recebíveis;
- Disponibilização de terminais POS/POC com suporte a EMV chip & PIN, NFC/contactless, conectividade Ethernet/Wi-Fi/3G/4G, impressão de comprovante quando estritamente necessário e suporte a PIX via QR estático/dinâmico.
- Instalação, ativação, manutenção preventiva/corretiva e substituição sem ônus adicional, bem como reposições de insumos quando aplicável. O dimensionamento inicial e eventuais ampliações serão definidos pela EMERJ, com atendimento em até 5 dias úteis após solicitação;
- Integração automatizada com os sistemas contábeis e corporativos da EMERJ, garantindo a interoperabilidade, consistência e atualização em tempo real das informações;
- Disponibilização, manutenção e custeio integral da infraestrutura tecnológica necessária à execução dos serviços, incluindo servidores, datacenter em nuvem, recursos de armazenamento, processamento, banco de dados, licenciamento e conectividade.
- Todos os custos relativos à infraestrutura em nuvem, que serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à EMERJ.
- Gestão estruturada de chargebacks com prazo máximo de resposta de 15 dias;
- Central de atendimento, suporte técnico em horário comercial e gestor de conta dedicado;
- Treinamento inicial e atualização periódica para a equipe da EMERJ.

5. Requisitos de Sustentabilidade

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decretos nº 11.413/2023 e nº 48.354/2023 deverão ser observados critérios de sustentabilidade:

Priorização de comprovantes digitais (e-mail/SMS) e uso de bobinas recicláveis quando necessário;

Descarte ambientalmente adequado de equipamentos, mediante certificação de logística reversa.

6. Requisitos de Qualificação Técnica

Para habilitação, será exigido:

- Autorização do Banco Central e das bandeiras para operar;
- Certificação PCI-DSS nível 1 válida, com AOC/ROC vigente, emitida por QSA credenciada, a ser comprovada até a assinatura do contrato (vide cláusula contratual específica), permanecendo válida e renovada durante toda a execução;
- Adesão e cumprimento das regras das bandeiras de cartões, mediante instrumento de participação em arranjos de pagamento firmado com bandeiras cuja fatia de mercado represente a maior parte dos negócios com cartões no país, abrangendo ao menos Visa, Mastercard e Elo, A comprovação dar-se-á por cartas/certificados de conformidade emitidos pelas bandeiras ou cópias dos contratos de participação vigentes;
- Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 24 meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 24 meses serem ininterruptos, conforme dispõe o § 5º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021;
- Que a licitante prestou serviços de intermediação de pagamentos com a utilização de cartões de débito e crédito à vista e crédito a prazo entre 2 (duas) e 12 (doze) prestações e e-commerce, em volume não inferior a 50% da média de transações realizadas entre 2023 e 2025 por esta escola, ou seja, no mínimo 764 (setecentos e sessenta e quatro) transações no ano, com fundamento legal no § 2º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021

Justificativa:

A Comprovação de Adesão e Cumprimento de Regras Determinadas por Bandeiras de Cartões, mediante instrumento de participação nos arranjos de pagamento, tem por objetivo comprovar a competência da empresa na execução do objeto, assegurando interoperabilidade, gestão segura do ciclo transacional e continuidade dos serviços nos canais contratados. De igual modo, a exigência de Certificação PCI-DSS nível 1 é necessária para mitigar riscos de segurança da informação, resguardar dados sensíveis de pagamento e alinhar a contratação às boas práticas internacionais e às normas regulatórias aplicáveis, preservando o interesse público, a economicidade (redução de fraudes/chargebacks) e a confiabilidade das operações.

7. Requisitos Contratuais

A contratação observará:

Vigência inicial de 24 meses, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021;

Reajuste anual pelo IPCA ou índice oficial que o substitua;

Garantia contratual de 5% do valor estimado;

Cláusulas de rescisão conforme as hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021;

Previsão de penalidades por indisponibilidade ou falhas de segurança;

Obrigatoriedade de apresentação de plano de continuidade de negócios atualizado.

8. Requisitos de Transição

Na hipótese de substituição do fornecedor, será exigido:

Plano de migração detalhado, com período mínimo de operação paralela de 30 dias;

Exportação completa do histórico transacional em formato aberto (CSV/XML/JSON);

Apoio técnico integral à equipe da EMERJ durante a transição;

Garantia de interoperabilidade para continuidade dos serviços.

VI - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Com o objetivo de aferir a estimativa da quantidade de serviços a serem potencialmente prestados pela CONTRATADA, foi elaborado estudo baseado no histórico das transações e dos valores arrecadados por meio de cartão de crédito nos últimos exercícios. Para fins de base de cálculo, consideraram-se as transações realizadas a partir de 2023, ainda que tenha havido suspensão dos serviços em determinados períodos.

O exercício de 2022 foi desconsiderado por corresponder ao ano de implementação do contrato e de retomada gradual das atividades presenciais no período pós-pandemia de COVID19, circunstâncias que resultaram em dados atípicos e não representativos do comportamento observado nos exercícios subsequentes.

Ressalte-se que, no exercício de 2025, os serviços estiveram disponíveis apenas até o mês de agosto. Ademais, as projeções para os exercícios de 2026 e 2027 já incorporam, no cálculo da demanda estimada, o

impacto decorrente do lançamento dos novos cursos de Pós-graduação na modalidade EaD pela EMERJ, na forma da Portaria MEC nº 906/2025 (DOU nº 245, Seção 1, de 24 de dezembro de 2025).

Dessa forma, a estimativa apresentada fundamenta-se nos dados efetivamente observados nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 (até agosto), bem como nas projeções elaboradas para os exercícios de 2026 e 2027, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1.

Ano	Receita Administrativa	Receita de Cartão de Crédito	Receita de Cartão de Crédito (em %)	Nº de pedidos	Variação Receita Cartão de Crédito
2023	R\$ 10.949.965,20	R\$ 1.550.008,08	14,16%	1.139	
2024	R\$ 11.567.002,74	R\$ 2.414.006,64	20,87%	1.788	55,74%
2025	R\$ 11.381.013,07	R\$ 1.786.214,55	15,69%	1.147	-26,01%
2026	R\$ 13.000.000,00	R\$ 433.333,34	3,33%	285	-75,74%
2027	R\$ 18.600.000,00	R\$ 3.720.000,00	20,00%	2.557	758,46%
2028	R\$ 23.000.000,00	R\$ 2.300.000,00	10,00%	3.196	-38,17

As transações realizadas por cartão de crédito no exercício de 2025 ocorreram até o dia 28 de agosto. Considerando o valor apurado até esse período como base para projeção anual, estima-se que o montante correspondente a 12 meses alcançaria aproximadamente R\$ 2.679.321,83, com base na média mensal observada.

Evolução histórica (2023–2025)

· 2023 → 2024

- A receita administrativa cresce de forma moderada (+5,6%), enquanto a **receita de cartão de crédito salta 55,74%**, passando de R\$ 1,55 milhão para R\$ 2,41 milhões.
- A participação do cartão no total sobe de **14,16% para 20,87%**, indicando clara mudança no comportamento dos usuários em favor dessa modalidade.
- O número de pedidos acompanha esse movimento (+56,9%), reforçando a correlação entre volume de transações e aumento da receita com cartão.

· 2025 (até agosto)

- Observa-se retração da receita de cartão (-26,01%) e do número de pedidos, explicada não por queda de demanda estrutural, mas pela interrupção do serviço antes do fim do exercício e pela redução gradual do seu uso ante à iminência dessa interrupção.
- A projeção anualizada para 2025 (≈ R\$ 2,68 milhões) indica que, caso o serviço tivesse permanecido ativo durante todo o ano, a receita de cartão poderia **superar o resultado de 2024**, mantendo a tendência de crescimento.

Projeções (2026–2027-2028)

· 2026

- A receita de cartão projetada (R\$ 433 mil) e sua participação no total (3,33%) são significativamente menores, o que é coerente com:
 - § a disponibilidade restrita ao **último bimestre**;
 - § o caráter inicial da oferta das Pós EaD.

o A forte queda percentual (-75,74%) não indica perda de relevância do meio de pagamento, mas sim **limitação temporal do serviço** no exercício.

· **2027**

o O cenário muda substancialmente:

§ Receita de cartão atinge **R\$ 3,72 milhões**, com participação de **20,00%**.

§ O crescimento de 758,46% reflete tanto a **normalização da oferta ao longo de todo o ano** quanto o **efeito pleno da expansão dos cursos EaD**.

o Estima-se assim, portanto, que o cartão de crédito consolidar-se-á como um dos principais meios de pagamento da instituição.

· **2028**

o A receita projetada para o período de vigência da contratação atual (com término previsto para meados de 2028) é de **R\$ 2,3 milhões**. No entanto, considerando o potencial total de arrecadação anual, a receita estimada para um exercício completo de 12 meses seria de **R\$ 4,6 milhões**, conforme dados da unidade demandante.

Tabela 2.

Transações (Qtd.)	Débito à Vista	Crédito à Vista	Crédito – 2 a 6 Parcelas	Crédito – 7 a 12 Parcelas	TOTAL
2023	28	381	594	136	1139
2024	21	944	816	7	1788
2025 (ATÉ AGOSTO)	9	677	441	20	1147
2026 (Projeção)	7	95,25	148,5	34	285
2027 (Projeção)	30,03	1349,92	1166,88	10,07	2557
2028 (Projeção)	37,5	1687	1458	12,5	3196

Média histórica de transações realizadas entre 2023-2025 (32 meses) é de 127 transações, o que resulta em uma média anualizada de 1528 transações.

Comportamento observado (2023–2025)

· Predomínio claro das modalidades **Crédito à vista** e **Crédito parcelado (2 a 6 parcelas)**, que juntas representam a maior parte das transações em todos os anos.

· Em 2024, há forte aumento do **crédito à vista**, o que ajuda a explicar o crescimento expressivo da receita de cartão.

· Em 2025 (até agosto), mesmo com menos meses de operação, o volume de transações permanece elevado, reforçando que a demanda existe e foi apenas interrompida.

· Em 2026, o baixo número total de transações (285) é compatível com operação restrita a dois meses e fase inicial dos cursos EaD. Ademais, mantém-se o padrão de preferência pelo crédito, especialmente à vista e em até 6 parcelas.

· Em 2027, o salto para mais de **2.500 transações** acompanha diretamente o crescimento projetado da receita e a estrutura das transações segue concentrada no crédito, o que é típico de cursos de maior valor agregado, como pós-graduações, especialmente na modalidade EaD.

Diante o exposto, ratifica-se que o cartão de crédito vem ganhando relevância estrutural como meio de pagamento desde 2023. As quedas observadas em 2025 e, sobretudo, em 2026 não refletem retração de

demanda, mas sim restrições operacionais e temporais do serviço. Os dados indicam que, a partir do início de 2027, o cartão de crédito tende a se consolidar como um dos principais vetores de arrecadação da EMERJ, tanto em volume de transações quanto em participação na receita total.

VII - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A prospecção identificou ampla oferta no setor público brasileiro de soluções de pagamento por meio eletrônico com escopo muito semelhantes (captura, roteamento, transmissão, processamento/compensação e liquidação; canais POS, e-commerce, link/QR; cobrança por MDR e, quando aplicável, antecipação).

Exemplos recentes constam em editais e contratos de Tribunais de Justiça e de outras entidades públicas, especialmente publicados no PNCP e nos portais de transparência das instituições.

Alternativas mapeadas (com descrição e critérios econômicos)

Solução 1 — **Fornecedor único (subadquirente/adquirente + gateway próprio)**

Descrição. Contratação de empresa única que forneça gateway, antifraude e captura multicanal (POS/POC, e-commerce, link/QR/Carteiras digitais) e realize a liquidação diretamente ao domicílio bancário da EMERJ. Precificação baseada em MDR por modalidade (débito, crédito à vista e parcelado) e, se usada, taxa de antecipação. Modelo amplamente visto em editais de tribunais (ex.: TJPA, grupo único por itens com julgamento pela menor “taxa total”). TJPA

Preço estimado. A ser obtido por cotação de mercado; usar como parâmetros de planejamento faixas de MDR por modalidade e teto interno por item no edital (metodologia semelhante à do TJPA, que estrutura a avaliação por taxas unitárias e “taxa total do lote”). TJPA

Vantagens. Baixa complexidade de integração e governança; SLA e responsabilidade concentradas.

Riscos/mitigações. Dependência de um único provedor → mitigar com metas de disponibilidade, multas por indisponibilidade e plano de continuidade.

Solução 2 — **Gateway independente com múltiplos adquirentes (roteamento inteligente)**

Descrição. Contratação de gateway/PSP que integra e roteia para diferentes adquirentes/subadquirentes (otimizando custo por bandeira e modalidade), mantendo para a EMERJ um painel único de conciliação e antifraude. Cobrança típica: fee do gateway (fixo/por transação) + MDR de cada adquirente.

Preço estimado. A ser coletado; estruturar o edital para permitir mais de um arranjo (gateway + adquirentes) e julgamento por cesta de preços (MDRs + eventual fee por transação), com simulação de mix de vendas.

Vantagens. Competição contínua entre adquirentes e potencial redução de MDR ao longo do contrato.

Riscos/mitigações. Integração e governança mais complexas → mitigar com ambiente de homologação, trilhas de auditoria e metas de prazo para on-boarding de novos arranjos.

Solução 3 — **Credenciamento contínuo de instituições (multi-fornecedores)**

Descrição. Em vez de um pregão tradicional, publicar Edital de Credenciamento para habilitar, por requisitos objetivos, várias instituições (adquirentes/PSPs) por período determinado, permitindo competição permanente por melhores condições (modelo já difundido no TJ-SP para serviços bancários e

adaptável a meios de pagamento).

Preço estimado. Não há “preço único”; cada credenciado oferece sua tabela pública (MDR/antecipação), e a Administração escolhe por operação.

Vantagens. Máxima competição e atualização contínua de tecnologia/tarifas.

Riscos/mitigações. Maior esforço operacional e de conciliação; exige regras claras de escolha por transação e integração padronizada.

Apesar de soluções tecnológicas (Solução 2) e credenciamento (Solução 3) oferecerem ganhos em inovação e taxas, no momento atual a EMERJ necessita de celeridade e menor risco de descontinuidade.

Assim, a **Solução 1 – contratação de fornecedor único** mostra-se a mais viável, pois:

Permite implantação imediata, evitando qualquer interrupção nos recebimentos;

Exige menor esforço de integração, garantindo continuidade em relação ao contrato atual;

Centraliza responsabilidades em um único fornecedor, reduzindo riscos contratuais.

VIII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Registre-se que a cotação de preços se deu de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, onde foram consultadas contratações de outros órgãos públicos e de sistemas oficiais do Governo (artigo 5º parágrafo 1º, da referida Instrução), instrumentalizada por meio da consulta a plataformas oficiais, como COMPRASGOV e PAINEL DE PREÇOS, e a fornecedores diversos que oferecem o serviço demandado.

Desta feita, a pesquisa realizada alcançou a estimativa de preço tendo como parâmetro a consulta de 3 contratações públicas e o envio de 3 propostas de fornecedores do mercado.

Tabela 3.

SERVIÇOS	GETNET	PAGBANK	CIELO	LOGPRO	SOPAGUE	SOPAGUE
Taxa MDR – função débito	0,89%	1,42%	1,79%	1,75%	1,28%	1,42%
Taxa MDR – função crédito à vista	1,49%	3,54%	2,55%	2,79%	2,05%	2,19%
Taxa MDR – função crédito parcelado de 2 até 6 vezes.	1,89%	6,59%	2,60%	3,38%	2,35%	2,33%
Taxa MDR – função crédito parcelado de 7 até 12 vezes	2,09%	11,25%	2,61%	3,79%	2,43%	2,28%
Taxa MDR – Antecipação por parcela	1,79%	1,79%	1,79%	x	x	x
TOTAL	8,15%	24,59%	11,34%	13,51%	9,9%	10,01%

Adotou-se como critério a mediana das taxas de MDR para compor a estimativa do preço da contratação.

Tal escolha decorre à luz do Manual de Orientação – Pesquisa de Preços (STJ, 2021), verificou-se a heterogeneidade nas cotações (com presença de valores extremos), situação em que o Manual recomenda a mediana em detrimento da média, por reduzir a influência de outliers.

Com efeito, o coeficiente de variação das propostas consolidadas mostrou-se elevado (superior a 25%), reforçando tecnicamente a opção pela mediana como medida de tendência central mais apropriada ao caso concreto;

Tabela 4.

MÉTODO PARA DEFINIR A UTILIZAÇÃO DA MÉDIA OU MEDIANA					
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Método a ser Utilizado
GETNET	8,15%	5,47	42,33%	12,92%	Mediana
PAGBANK	24,59%				
CIELO	11,34%				
LOGPRO	13,51%				
SOPAGUE	9,9%				
SOPAGUE	10,01%				

Assim, conforme o critério adotado, a taxa MDR que reflete o preço de mercado para a solução planejada encontra-se abaixo:

Tabela 5.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	21300	Taxa MDR – função débito	%	Percentual por Transação	1,42	1,42
2	21300	Taxa MDR – função crédito à vista	%	Percentual por Transação	2,37	2,37
3	21300	Taxa MDR – função crédito parcelado de 2 até 6 vezes	%	Percentual por Transação	2,47	2,47
4	21300	Taxa MDR – função crédito parcelado de 7 até 12 vezes	%	Percentual por Transação	2,52	2,52
5	21300	Taxa mensal de antecipação de recebíveis.	%	Percentual por Transação	1,79	1,79

IX - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços especializados de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas, envolvendo cartões de crédito, débito, PIX e carteiras digitais, destinados ao atendimento das atividades acadêmicas e administrativas da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.

A empresa contratada deverá disponibilizar infraestrutura tecnológica segura e estável para o processamento dos pagamentos, contemplando terminais físicos (POS/POC), integração online ao site institucional, links de pagamento, QR Code e meios alternativos de cobrança digital, garantindo ao usuário final múltiplas opções de pagamento de forma ágil e confiável.

A solução deverá assegurar alta disponibilidade dos sistemas (mínimo de 99,5%), escalabilidade para suportar picos de demanda e disponibilização de relatórios gerenciais em tempo real. Tanto os relatórios gerenciais quanto as trilhas de auditoria deverão permitir exportação em formatos abertos (CSV, PDF, XML, XLSX e JSON), sendo que as trilhas de auditoria deverão possuir retenção mínima de cinco anos.

Do ponto de vista da segurança da informação, a contratada deverá comprovar conformidade com as normas nacionais e internacionais aplicáveis, incluindo certificação PCI-DSS, registro no Banco Central do Brasil, tokenização de dados, criptografia ponta a ponta, antifraude em tempo real, autenticação multifator em acessos administrativos e adequação integral à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

A execução do contrato deverá incluir, ainda, a disponibilização de serviços de atendimento e suporte técnico, com central de relacionamento em horário comercial, gestor de conta dedicado e SLA de atendimento previamente definido. A contratada deverá oferecer treinamento inicial e capacitação periódica à equipe da EMERJ, bem como manutenção preventiva e corretiva de eventuais equipamentos fornecidos em comodato, sem ônus adicional.

Em relação à liquidação financeira, a contratada deverá garantir prazos de repasse compatíveis com as práticas de mercado (máximo D+30), com opção de antecipação de recebíveis.

No tocante à sustentabilidade, deverão ser observados critérios socioambientais e de governança, conforme a Lei 14.133/21, Decreto nº 9.178/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021, incluindo: uso prioritário de comprovantes digitais, descarte ambientalmente adequado de equipamentos.

A solução deverá prever, ainda, condições contratuais que assegurem a continuidade do serviço, incluindo plano de continuidade de negócios, cláusulas de transição assistida em caso de substituição do fornecedor, exportação de dados em formato aberto e operação paralela por período mínimo de 30 dias.

Dessa forma, a solução proposta não apenas garante a continuidade dos serviços de recebimento por meios eletrônicos, como também amplia as opções de pagamento oferecidas aos usuários, aprimora as condições técnicas e comerciais, fortalece a segurança das transações, cumpre as exigências regulatórias e incorpora práticas de sustentabilidade, inclusão e governança, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

X - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No caso em análise, o objeto da contratação refere-se à prestação integrada de serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas com cartões de crédito, débito, PIX e carteiras digitais. Trata-se de um serviço contínuo e indivisível, que exige infraestrutura tecnológica unificada, padronização de segurança, interoperabilidade de sistemas e gestão centralizada de risco e de liquidação financeira.

A eventual divisão em lotes ou itens (por exemplo, separando serviços de captura, processamento ou liquidação, ou distinguindo meios de pagamento por modalidade ou bandeira) acarretaria:

- Risco operacional pela fragmentação da cadeia de processamento, com impacto negativo na segurança, na confiabilidade e na rastreabilidade das transações;
- Perda de economia de escala, pois a unificação do serviço permite negociação de taxas mais competitivas (MDR, antecipação e prazos de liquidação), o que dificilmente seria alcançado em contratações isoladas;
- Maior complexidade de gestão, dificultando a conciliação financeira, o controle de chargebacks, a auditoria e o acompanhamento do contrato;
- Descontinuidade potencial do serviço, considerando que diferentes fornecedores poderiam apresentar dificuldades de integração e interoperabilidade entre seus sistemas.

Dessa forma, a solução deve ser licitada e adjudicada de forma global, não sendo viável o parcelamento do objeto. A contratação integral garante a economicidade, a eficiência, a padronização tecnológica e a mitigação de riscos operacionais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

XI – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas com cartões de crédito, débito, PIX e carteiras digitais pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ tem como resultados pretendidos a garantia da continuidade, a melhoria da eficiência operacional e a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Em termos de economicidade, a solução permitirá:

- Redução de custos financeiros, por meio da negociação de taxas mais competitivas de desconto (MDR) e de antecipação de recebíveis;
- Aprimoramento dos prazos de liquidação, assegurando maior previsibilidade no fluxo de caixa da instituição;

Em termos de eficiência e aproveitamento de recursos humanos, espera-se:

- Redução do retrabalho da equipe administrativa, com a disponibilização de relatórios automatizados de conciliação, auditoria e gestão de chargebacks;
- Otimização do tempo dos servidores, que poderão concentrar esforços em atividades finalísticas da EMERJ em vez de tarefas repetitivas de conferência manual de transações;

Quanto aos resultados institucionais e sociais, a contratação visa:

- Ampliar a acessibilidade aos serviços educacionais da EMERJ, ao disponibilizar meios de pagamento modernos, digitais e inclusivos (PIX, carteiras digitais e parcelamento);
- Garantir a segurança e confiabilidade das operações, por meio de certificações internacionais (PCI-DSS) e conformidade com a LGPD;
- Atender às diretrizes de sustentabilidade e governança, com a priorização de comprovantes digitais e descarte adequado de equipamentos.

Com isso, a EMERJ assegura que a solução contratada produzirá resultados mensuráveis e alinhados ao interesse público, permitindo a criação de indicadores de desempenho tais como:

- Percentual de transações conciliadas automaticamente;
- Tempo médio de liquidação financeira;
- Redução de custos administrativos relacionados à cobrança e à gestão de pagamentos;
- Redução do uso de papel e de resíduos eletrônicos.

Assim, a contratação contribuirá diretamente para a modernização da gestão financeira da EMERJ, garantindo maior eficiência administrativa, economicidade e sustentabilidade, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

XIII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

☒ Financeira;

☐ Ambiental;

☒ Social;

☐ Outros;

☐ Não se aplica.

Justificativa:

Sobre a Sustentabilidade Financeira:

A contratação de serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações eletrônicas envolve o uso de infraestrutura tecnológica (servidores, datacenters, terminais POS/POC, bobinas de papel, sistemas digitais) que pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos.

Entre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

1. Consumo de energia elétrica em datacenters e equipamentos: A operação contínua de recursos computacionais, incluindo servidores, redes, dispositivos e serviços em nuvem, demanda consumo significativo de energia elétrica, o que pode contribuir para a emissão de gases de efeito estufa, especialmente quando não são utilizadas fontes de energia renovável.

Medidas mitigadoras: A contratada deverá comprovar a adoção de práticas de eficiência energética e sustentabilidade ambiental em sua infraestrutura tecnológica. No caso de uso de infraestrutura em nuvem, comprovação de que o provedor de serviços cloud adota políticas de sustentabilidade.

2. Uso de papel em comprovantes de transações: ainda que a tendência seja a digitalização, algumas operações podem demandar impressão em bobinas de papel térmico.

Medidas mitigadoras: priorização obrigatória de comprovantes digitais via e-mail/SMS, utilização de bobinas recicláveis e biodegradáveis quando o uso físico for indispensável.

3. Geração de resíduos eletrônicos (equipamentos POS/POC, cabos, baterias, peças substituídas): os equipamentos fornecidos em comodato têm vida útil limitada e podem gerar lixo eletrônico se não houver descarte correto.

Medidas mitigadoras: exigir programa estruturado de logística reversa, com recolhimento e destinação ambientalmente adequada de equipamentos em desuso, mediante comprovação de parceria com empresas certificadas de reciclagem.

4. Consumo de recursos naturais em processos administrativos: documentação e relatórios impressos podem contribuir para desperdício de papel e insumos.

Medidas mitigadoras: adoção integral de documentação e relatórios digitais, salvo quando expressamente exigido em meio físico.

Com a implementação dessas medidas, espera-se minimizar os impactos ambientais da contratação, promovendo práticas sustentáveis alinhadas ao Decreto nº 7.746/2012 e às diretrizes de responsabilidade socioambiental do Banco Central do Brasil (Resolução CMN nº 4.945/2021).

Sobre a Sustentabilidade Social:

Em atenção do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a licitante deverá comprovar não possuir funcionários menores de 18 (dezoito) anos em qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e, menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz.

XIX - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO

Em observância ao disposto no§ 2º do art. 18 da Lei 14.133/2021, conclui-se:

- (X) SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
- () NÃO SER adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Unidade Organizacional Requisitante:
DIFIN – Divisão de Finanças da EMERJ
Assessor de Planejamento da Contratação
Ulisses Gomes – 01/25789
Gestor do contrato: (nome e matrícula)
Francisco Marcos Motta Budal, Analista Judiciário com Especialidade em Execução de Mandados, matrícula nº 01/19713
Substituto do Gestor do contrato: (nome e matrícula)
Renato Cader, Servidor Federal cedido - Departamento de Administração
Fiscal do contrato: (nome e matrícula)
Fellipe Barros de Oliveira - Analista Judiciário Contador - Mat. nº 01/34.023
Substituto do fiscal contrato: (nome e matrícula)
Lizieux Amanda Ulysson Fernandes Senna - Analista Judiciário Contador - Mat. nº 01/34.183
Integrantes da Unidade Requisitante (se houver)
Fellipe Barros de Oliveira - Analista Judiciário Contador - Mat. nº 01/34.023
Integrantes da Unidade Técnica (se houver)
Fernanda Maria dos Santos - Departamento de Tecnologia



Documento assinado eletronicamente por **FELLIPE BARROS DE OLIVEIRA**, **Diretor de Divisão**, em 03/03/2026, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www10.tjrj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **12340588** e o código CRC **2A5B53BB**.

2025-06515820

12340588v16